

# Construção do cânone literário academicista: considerações acerca da história literária do pré-modernismo brasileiro

---

## **Maurício Silva**

Possui doutorado e pós-doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade de São Paulo; professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação, na Universidade Nove de Julho (São Paulo); autor dos livros *Sentidos Secretos. Ensaios de Literatura Brasileira* (Altana, São Paulo, 2005); *A Hélade e o Subúrbio. Confrontos Literários na Belle Époque Carioca* (São Paulo, Edusp, 2006); *A Resignação dos Humildes. Estética e Combate na Ficção de Lima Barreto* (São Paulo, Annablume, 2011) entre outros. É organizador da coleção de Literatura Brasileira Contemporânea, pela Editora Terracota, atualmente com três títulos publicados.

E-mail: maurisil@gmail.com

**Resumo:** O estabelecimento de um quadro historiográfico que contemple satisfatoriamente obras e autores de uma determinada cultura literária carece não só de uma consideração particular de cada obra analisada, mas também de uma contextualização adequada dessas mesmas obras, a fim de que se possam estabelecer parâmetros reais para a compreensão dos recursos estéticos de que o autor se utilizou em seu processo de criação artística. O presente artigo analisa o contexto cultural do pré-modernismo brasileiro, destacando o processo de canonização do autor pela historiografia literária e revela outros aspectos estéticos e literários da Literatura Brasileira. Além disso, este artigo analisa as possíveis relações entre os autores pré-modernistas e a Academia Brasileira de Letras, durante a passagem do século XIX para o XX.

**Palavras-chave:** Pré-modernismo. Literatura brasileira. Canonização. Historiografia literária.

**Abstract:** The establishment of a historiographical context that suitably addresses works and authors of a certain literary culture not only requires special consideration of each analyzed work, but also an adequate contextualization of those works, in order that it can provide real parameters for understanding of the aesthetic features that the author used in his process of artistic creation. The present article analyzes the cultural context of Brazilian pre-modernism, and points out the process of canonization by the literary historiography, and it reveals some aesthetic and literary aspects of Brazilian Literature. Furthermore, the present article analyzes the relationship between the pre-modernist writers and the Brazilian Academy of Letters, detaching the institutionalizations issues on the turn-of-the-century.

**Keywords:** Premodernism. Brazilian Literature. Canonization. Literary Historiography.

---

## 1 Introdução

O problema da constituição de um determinado cânone literário passa – acreditamos – pela necessidade de se expandirem os princípios e critérios de interpretação estética. Para que se possa estabelecer, por exemplo, um determinado cânone literário, faz-se mister considerar, além das particularidades inerentes à própria obra, aspectos que lhe são aparentemente alheios, como os relacionados à produção e à recepção literárias. Em outras palavras, o estabelecimento de um quadro historiográfico que contemple satisfatoriamente obras e autores de uma determinada cultura literária carece não só de uma consideração particular de cada obra analisada, mas também de uma contextualização adequada dessas mesmas obras, a fim de que se possam estabelecer parâmetros reais para a compreensão dos recursos estéticos de que o autor se utilizou em seu processo de criação artística. Desse ponto de vista, poder-se-ia afirmar de antemão que fatores como a nacionalidade do autor, a região onde a obra foi engendrada, a abordagem cronológica ou a língua em que a obra foi redigida pouco auxiliam no trabalho de instituição de uma historiografia literária condizente com a complexidade da produção artística. É necessário, antes de mais nada, que se estabeleça uma conjunção de fatores que efetivamente contribuem para a realização plena de uma determinada obra, fatores que vão das condições sócio-históricas em que se criou a obra às relações institucionais que seu autor estabelecia durante sua vida produtiva ou aqueles concernentes aos meios de divulgação e ao seu acolhimento pelo público (REIS, 1992).

A constituição de qualquer manifestação artística não depende, exclusivamente, do meio pelo qual ela se exprime, por isso a interpretação e coerência artística pressupõem - ao menos no âmbito da historiografia literária – a consideração dos elementos contextuais, responsáveis pela inserção efetiva das obras de arte no circuito literário de uma determinada cultura. Como já se afirmou uma vez,

num país de tradição escrita tão recente e precária como o Brasil, e conseqüentemente com uma história de leitura, enquanto prática social, tão incipiente, não deixa de ser curioso que as histórias literárias só muito raramente, e sempre em surdina, se ocupem das condições de produção e circulação dos livros. Esta mal-amada faceta da literatura também faz parte dela, tanto quanto as entrelinhas que a crítica investiga e interpreta e cujo valor se assinala ao longo de um eixo que não só sacramenta certos textos como maiores ou menores, mas também lhes outorga ou denega estatuto de literariedade (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 117).

Há, contudo, uma distância muito grande entre as diversas perspectivas empregadas no trabalho de instituição canônica no âmbito da literatura. As obras submetidas à abordagem historiográfica nem sempre correspondem à expectativa do crítico literário, levando-o a lançar mão de atitudes seletivas cômodas e conservadoras. Carecendo de um fundamento mais consistente, tais atitudes acabam por adotar uma abordagem crítica parcial das obras literárias, desconsiderando seus principais elementos constitutivos: utilizar-se de um cabedal analítico simplificado para se estabelecer um determinado cânone literário é, no mínimo, uma atitude

contraproducente, na medida exata em que prejudica uma futura análise e compreensão das obras que compõem o conjunto proposto. Essa atitude simplista revela uma compreensão reducionista da própria atividade literária, fato que passa a comprometer de maneira cabal um trabalho mais elaborado e rigoroso de historiografia, pelos vícios que cria e pelos preconceitos que gera.

Não obstante, há muitas perspectivas críticas relacionadas à literatura que se revelam exequíveis, expressando diversas particularidades que uma obra apresenta e abrangendo de modo bastante satisfatório a complexidade estrutural que lhe é peculiar. Tais perspectivas revelam-se, assim, uma atividade percuciente de análise e interpretação dos fatores extra e intra-literários que toda obra necessariamente contém.

Urge atentar, portanto, com maior acuidade para os problemas que o estabelecimento de um cânone, com vistas à instituição de uma história literária, apresenta, já que, em última instância, a questão do estabelecimento de um cânone literário pressupõe, necessariamente, a abordagem de vários problemas estabelecidos pela própria historiografia. Desse modo, promover o resgate de autores e obras que têm sido sistematicamente alijados de nossas histórias de literatura significa também promover uma reavaliação dos modos tradicionais de se *escrever* essa história. E a adoção de uma atitude crítica que encontra seus principais fundamentos na consideração conscienciosa dos aspectos *sociais* da produção literária parece ser o melhor caminho para se reavaliar o papel da historiografia literária nos dias atuais. Daí o fato de não podermos nos apoiar meramente em determinados *episódios* literários independentes e com uma tênue relação com outras práticas, sem levar em consideração fatores imprescindíveis para a consolidação de uma *tradição* literária e de uma fruição estética, sob pena de – como já se sugeriu uma vez – estarmos construindo uma pseudo-história.

A história da literatura é um processo de recepção e produção estética que se realiza na atualização dos textos literários por parte do leitor que os recebe, do escritor, que se faz novamente produtor, e do crítico, que sobre eles reflete. A soma [...] de 'fatos' literários conforme os registram as histórias da literatura convencionais é um mero resíduo desse processo, nada mais que passado coletado e classificado, por isso mesmo não constituindo história alguma, mas pseudo-história (JAUSS, 1994, p. 25).

## 2 *Academicismo e Cânone Literário*

A passagem do século XIX para o século XX, tanto no Brasil como nos demais países do Ocidente, traz como uma de suas características mais marcantes um indefectível apreço pelo *novo*. Com efeito, o século passado parece ter sido inaugurado sob os auspícios da inovação em praticamente todos os âmbitos da atividade humana, de que a realidade brasileira pode ser um índice exemplar: no que tange à política, a República substituíra, ao menos formalmente, as instituições monárquicas até então vigentes; no que diz respeito à sociedade, uma nova maneira de se relacionar com o mundo era regida por uma outra realidade tecnológica e urbana que se impunha; e no âmbito artístico, os desgastados cânones românticos e naturalistas eram substituídos pelas novidades estéticas advindas da Europa, fazendo vigorar preceitos que

mesclavam positivamente ciência e arte e, mais tarde, arte e espírito.

Diante de tão extensas modificações, o cenário era apreciado como resultante de um verdadeiro *bouleversement* social, em que tudo deveria passar necessariamente pelo crivo das transformações, as quais ocorriam em graus diversos, mas sempre dando uma aparente roupagem nova a tudo o que pudesse ser considerado relativamente ultrapassado, arcaico, obsoleto.

Nesse sentido, tanto a última década do século XIX quanto as duas primeiras do século XX podem ser consideradas modelares, sendo esses anos marcos históricos de um período singular, sintomaticamente denominado *Belle Époque*, em que ascensões políticas conturbadas, transformações sociais infrenes e revoluções culturais silenciosas (MOLLIER, 1997) assinalaram indelevelmente o período. Entre esses dois limites cronológicos, portanto, assistiu-se a um abrangente plano de modernização social, voltado expressamente para a tentativa de forjar novos padrões de sociabilidade (CARVALHO, 1989; OLIVEIRA, 1990; COSTA, 1985; JANOTTI, 1986).

A partir desse primeiro esboço histórico, outros acontecimentos poderiam ser destacados, agora de extração mais propriamente estético-cultural: começa a se impor no cenário artístico brasileiro uma singular cultura pré-moderna, num sentido amplo, moldada a partir de transformações modernizadoras diversas. De fato, o estudo do universo literário brasileiro, que conheceu um relativo impulso durante os anos que marcaram a passagem do século, mostra-se fecundo para a compreensão de um dos mais marginalizados períodos de nossa literatura, revelando-nos uma riqueza estética quase sem precedentes em nossa história cultural. Por isso, nada parece mais irracional aos olhos de um observador acostumado a uma rígida articulação lógica, embora artificial, de movimentos estéticos absolutos, do que o emaranhado de tendências surgido no Brasil ainda na virada do século, já que conviviam, nem sempre pacificamente, tanto movimentos literários díspares – como o Simbolismo, o Parnasianismo ou o Naturalismo – quanto tendências estéticas variadas – como o regionalismo, a ficção urbana ou ornamental (BOSI, 1969; MIGUEL-PEREIRA, 1950; BRITO, 1974; BROCA, 1960; MACHADO NETO, 1973; NEEDELL, 1993).

Porém, em meio a esse panorama literário, podem-se depreender algumas constantes, cujos fundamentos são, ao mesmo tempo, sociológicos e estéticos; e entre elas, assoma com particular vigência, o que podemos chamar de *academicismo*. Assim, o ecletismo verificado durante nossa *Belle Époque* literária só alcança uma relativa homogeneidade sob os pressupostos de uma estética marcadamente acadêmica, ainda que se trate de uma homogeneidade relativa, já que no próprio interior dessa tendência verifica-se certa heterogeneidade estética. Tirantes os remanescentes de um Naturalismo já em vias de desaparecimento ou os adeptos marginalizados de um Pré-Modernismo de cunho deliberadamente social, resta uma série de tendências literárias multifacetadas, sugerindo, para quem se debruça sobre o período, um verdadeiro caleidoscópio literário, que, no entanto, obedece ao rigor de uma estética de cunho marcadamente acadêmico: sob os auspícios da Academia Brasileira de Letras, vários autores e obras agrupam-se sob um mesmo rótulo de *academicistas*, procurando seguir uma mesma e única cartilha estética.

No que concerne à natureza sociológica dos fundamentos da literatura academicista, é possível observar, ainda, certa identidade entre os vários autores que

produziram no período, como sua participação nos principais meios de comunicação da época (via de regra, articulados com autoridades políticas diversas) ou a simples ocupação de cargos públicos durante os primeiros governos republicanos. Mas é ainda no âmbito literário que as articulações de grupo se revelam mais claras e categóricas. Evidentemente, uma nova realidade sociopolítica pressupõe modificações sintomáticas nas atividades culturais de uma nação, e a literatura emerge como um dos principais índices dessas modificações. No Brasil da passagem do século, portanto, a atividade cultural manifesta-se - enquanto expressão e vida literárias - como um incomparável universo de observação das modificações sofridas pelo país. Aliando-se à mentalidade progressista e liberal que se desenvolvia por aqui, ela vai denunciar uma nova dimensão da produção literária: aquela que via no processo modernizador um caminho seguro rumo à civilização. E a consequência mais imediata desse fenômeno - sobretudo por se tratar de uma modernização conservadora - é a emergência de uma estética literária que tinha no movimento academicista da época seu ponto de partida e na consideração da literatura como *sorriso da sociedade* seu mais contundente pressuposto ideológico.

Já se disse mais de uma vez que, durante as décadas que mediaram o fim do Naturalismo e o advento da Semana de Arte Moderna, uma das principais características culturais foi a prevalência da *vida literária* sobre a *literatura*, isto é, de índices extraliterários tenazes, em detrimento da expressão literária propriamente dita. Com efeito, não foram poucos, nem efêmeros, os fatores mundanos, por assim dizer, que contribuíram efetivamente para a formação de uma eficaz *ambientação literária*, muito mais consistente do que a própria *expressão literária*, ambos, contudo, responsáveis pelo estabelecimento de um cânone literário absolutamente de acordo com os princípios estéticos formal ou informalmente configurados pela Academia Brasileira de Letras.

Dentro e fora da Academia, o mundanismo vigorava incontestemente como uma das marcas mais expressivas da produção cultural na época. Era comandado por personalidades populares nas páginas efêmeras de periódicos da moda, como Figueiredo Pimentel ou Elísio de Carvalho, mas, via de regra, lograva ultrapassar os limites desse jornalismo afetado para introduzir-se nos romances acadêmicos. Desse modo, tornou-se tema de narrativas consagradas pela crítica do período, como o comprovam os romances de João do Rio, Afrânio Peixoto ou Júlia Lopes de Almeida. E se, por um lado, a literatura acadêmica adotava o mundanismo literário como um dos principais recursos artísticos - manifestação estética de uma realidade social intimamente relacionada às elites cariocas do começo do século, com suas modas arrojadas, seus costumes urbanizados, seu estilo pedantemente "moderno" -, não deixava de valorizar, por outro lado, o que poderíamos chamar de cosmopolitismo literário. Ao contrário do mundanismo - que centra seu foco de interesse numa realidade interna, embora de roupagem européia -, o cosmopolitismo volta-se deliberadamente para o exterior, privilegiando temas, personagens, cenários e ideologias estrangeiras. É o que comprova a profusão de romances e autores wildeanos, d'annunzianos, nietzscheanos, anatolianos, ecianos e outros, de que foi palco nossa *Belle Époque* tropical. Afora isso, não nos causa espécie o fato de termos como uma das principais características estéticas da literatura acadêmica a utilização

de alguns recursos insólitos, como o chamado orientalismo ou o helenismo - de que é exemplo acabado a produção literária de Coelho Neto -, entendendo esses termos num sentido estrito, ou seja, o emprego de um estilo empolado, a par de temáticas voltadas para uma realidade artificialmente oriental.

Numa perspectiva que busca unir expressão cultural e sociedade, é curioso perceber que, particularmente durante as primeiras décadas do século XX, a literatura buscou uma aproximação mais efetiva com o que poderíamos chamar vagamente de progresso. Não cabe, neste trabalho, levantar um debate sobre os fundamentos histórico-sociológicos dessa noção, que tem raízes numa concepção muito mais larga e discutível, como a de modernidade (IANNI, 1992; FAORO, 1992). Basta lembrar, aqui, que a literatura academicista no Brasil sofreu o impacto da modernização por que passou o país a partir das últimas décadas do século XIX, o que é fato mais ou menos consensual entre os estudiosos do período. A começar pelo relacionamento nem sempre pacífico entre as novas técnicas de difusão da comunicação e a literatura, como já demonstrou a crítica especializada; ou, nesse mesmo sentido, lembrando o impacto das transformações urbanas sobre a expressão artística num Rio de Janeiro que trazia como marca principal a remodelação completa da cidade (SÜSSEKIND, 1987; GOMES, 1994; SÜSSEKIND, 1986). Evidentemente, tais acontecimentos acabavam acarretando outras consequências para o universo cultural da época, como a concentração urbana da produção literária ou sua massificação por meio de revistas mundanas e de grandes tiragens editoriais.

Tão interessante, contudo, quanto pensar nos pressupostos sociais e históricos da literatura academicista, é analisar os fundamentos propriamente estéticos da mesma, a fim de melhor compreender sua importância e sua capacidade de intervenção na sociedade. Nesse sentido, um dos principais recursos empregados pela estética acadêmica foi o que poderíamos chamar de estilização, recurso, aliás, que acabou servindo de fundamento à própria consolidação da literatura academicista no Brasil. Não sem razão, semelhante expediente literário foi empregado por alguns dos principais autores da época, seja sob a forma de expressão *art nouveau* (em João do Rio), seja sob a forma de ornamentação (em Xavier Marques). Outros recursos bastante empregados foram o diletantismo artístico, espécie de atitude descompromissada frente à atividade literária, como ocorre em Afrânio Peixoto; o retoricismo, exagero formal utilizado obstinadamente por Coelho Neto; a padronização do enredo, adotada por romancistas menores e denunciada por Lima Barreto no calor da hora. Tudo isso resumido nestas palavras sugestivas de Lúcia Miguel-Pereira, a respeito dos principais representantes dessa tendência estética:

não descem de ordinário às regiões onde moram as dúvidas, nem tampouco se alçam a debater os problemas eternos; a inquietação que de longe em longe deixam transparecer tem sempre um ressaibo artificial. As grandes questões do destino humano interessam-nos menos do que o quotidiano, os dramas menos do que a comédia, esta menos do que a fantasia (MIGUEL-PEREIRA, 1950, p. 251).

A vigência de uma literatura acadêmica durante a *Belle Époque* carioca é um fato pouco explorado pela crítica especializada e/ou pela historiografia literária. Contudo,

não são poucas as alusões esparsas à ocorrência desse fenômeno ou de elementos condicionantes do mesmo, isto é, elementos que apontam - ainda que de modo não explícito - para a existência de fatores responsáveis por uma eventual consolidação do fenômeno acadêmico. As manifestações estéticas vigentes nesse período remetem-nos invariavelmente à prevalência de um *modus faciendi* consagrado por instituições que conformavam certa oficialidade literária e acabavam ditando padrões de gosto e fruição estéticos, como a crítica institucionalizada ou organizações e agrupamentos literários oficiais. No rastro dessas observações, não parece exagero afirmar que nenhuma noção se revela tão cara a esse contexto do que a de academicismo, vocábulo que, melhor do que qualquer outro, caracteriza a produção ficcional da época, sob o ponto de vista do procedimento estético, como já sugeriu, com sua proverbial perspicácia, Antônio Cândido.

uma literatura satisfeita, sem angústia formal, sem rebelião nem abismos. Sua única mágoa é não parecer de todo européia, seu esforço mais tenaz é conseguir pela cópia o equilíbrio e a harmonia, ou seja, o academicismo (...) Uma literatura para a qual o mundo exterior existia no sentido mais banal da palavra, e que por isso mesmo se instalou num certo oficialismo graças, em parte, à ação estabilizadora da Academia Brasileira (CÂNDIDO, 1985, p. 113).

Como salientamos anteriormente, a passagem do século traz como uma de suas marcas principais e das mais instigantes, do ponto de vista literário, o domínio do eclético. Mas um ecletismo particularmente circunscrito: de um lado, temos os estertores da escola Realista-Naturalista que assiste, impassível, ao seu último alento, simbolizado pela passagem de Aluísio Azevedo para a diplomacia e o consequente abandono da literatura; de outro lado, temos o movimento iconoclasta dos modernistas de 22, a denegrir tudo o que pudesse ser, ainda que de forma tênue, associado ao passadismo e à Academia Brasileira de Letras. De permeio, um emaranhado de tendências estéticas que ora voltam os olhos para o passado, resgatando a tradição parnasiana e, porventura, romântica, ora apontam para tendências futuras, fazendo emergir inovações de que os modernistas serão, muitas vezes, ingratos tributários: uma espécie de “hiato” estético, que parte da nossa historiografia insiste em classificar de intervalar (SODRÉ, 1965; MOISÉS, 1984).

Ocorre que, sob o manto translúcido de um suposto ecletismo, pode-se depreender uma relativa homogeneidade, forjada pelos pressupostos do que denominamos aqui academicismo literário: com a fundação da Academia Brasileira de Letras em 1896, um grupo singular de autores toma de assalto o campo literário brasileiro do entresséculos, expandindo-o consideravelmente e institucionalizando não apenas uma estética, mas também uma ética academicista. A partir de então, uma nova maneira de *ser* escritor e de *fazer* literatura impõe-se no cenário cultural brasileiro, tornando-se de imediato prevalente, já que tanto a ideologia quanto a fatura literária academicistas passam a ocupar todas as lacunas estéticas deixadas pelas escolas em declínio (como a realista-naturalista e a parnasiana), marginalizadas (como a pré-modernista e a socialista) ou minoritárias (como a decadentista e a simbolista).

Ética e estética se aliam, portanto, no intuito de criar um sentido de

homogeneidade capaz de agrupar autores e obras que começavam a ganhar espaço na cultura nacional. Próceres da Academia Brasileira de Letras ou entusiastas de seus pressupostos estético-institucionais, trata-se de autores representativos de um ideário ético e estético oficializado, os quais tinham em comum exatamente o pendor ao academicismo literário, promovido por uma entidade que passou a ser vista como símbolo de uma literatura a que já se convencionou denominar, como salientamos antes, *o sorriso da sociedade*. São, no âmbito da prosa, os cultores da narrativa de dicção parnasiana (como Coelho Neto e Humberto de Campos); do mundanismo literário (como João do Rio e Benjamim Costallat); do regionalismo estilizado (como Xavier Marques e Alcides Maya); da crônica de costumes urbanos (como Afrânio Peixoto e Júlia Lopes de Almeida); ou, nos limites da poesia, os devotos do neo-parnasianismo (como Goulart de Andrade e Antonio Salles), do neo-simbolismo (como Félix Pacheco e Guilherme de Almeida) ou da mescla dessas duas tendências (como Amadeu Amaral e Raul de Leoni).

A literatura, nesse contexto, é discurso permissivo. Expõe-se sem pudor. Pêndulo que oscila entre o retrato e a desfiguração. Num sentido, reflete novas concepções de mundo empírico ou imaginário, reescreve a realidade à sua maneira, interfere na construção de uma condição moderna. Noutro sentido, sofre consequências: é reescrita. Sintoma de uma convivência nem sempre pacífica com o que se poderiam denominar transformações modernizadoras, mas com um feito interno particularmente conservador: o campo em conflito com a cidade, o belo com o justo. Tudo retratado por obras e autores que compõem um conjunto mais ou menos homogêneo, sob a égide da oficialidade literária, formando, assim, um autêntico *cânone acadêmico*.

### 3 Considerações finais

Há muitos critérios para se escrever uma história da literatura, e, em maior ou menor grau, os críticos têm-se utilizado da maior parte deles, aumentando, dia a dia, o cabedal de reflexão crítica sobre a expressão literária no país. Das primeiras pesquisas nesse sentido realizadas pelos estrangeiros Bouterwek, Sismondi e Denis; ou das primeiras coletâneas organizadas pelos nacionais Januário da Cunha Barbosa (1831), Pereira da Silva (1842) e Varnhagen (1858); até os mais recentes estudos de literatura brasileira, muitos deles de natureza visivelmente enciclopédica, adotaram-se desde os critérios biográfico e temático até os critérios estético ou simplesmente cronológico. E há ainda muitos outros que poderiam ser utilizados, aleatoriamente ou não (LIMA, 1968).

Contudo, qualquer que seja o critério adotado, há algumas evidências de que a subtração de certos autores, verificada nos nossos principais estudos de historiografia literária, ultrapassa o âmbito do *esquecimento* justificável e esbarra na simples e inequívoca *omissão*. Evidentemente, não se trata aqui de culpar, indistintamente, os historiadores de literatura, posto que a própria escolha de um determinado critério supõe, de antemão, a proposição de limites e, conseqüentemente, a exclusão de autores e obras. Além disso, os estudos destinados à abordagem da tradição literária já nos ensinaram que não é o *passado literário* um componente autossuficiente e que exista por



si mesmo, mas antes depende da interpretação presente que dele se faça: ao contrário do que se poderia pensar, portanto, é a atualidade quem cria os seus próprios precursores (NITRINI, 1997; CARVALHAL, 1986; PERRONE-MOISÉS, 1990).

Nesse sentido, poder-se-ia argumentar, um escritor esquecido hoje pode perfeitamente ser resgatado amanhã, motivo pelo qual não nos precisaríamos preocupar com o problema do esquecimento e/ou omissão de alguns autores e obras na história literária brasileira.

Embora esses argumentos possam ser verossímeis e apesar de concorrerem, juntos, para justificar a maior parte das omissões/esquecimentos percebidos nos estudos de história literária que se têm feito até hoje, há que se ter consciência da responsabilidade que o trabalho do historiador da literatura requer. É preciso, antes de mais nada e urgentemente, “resgatar” nomes e obras de autores que têm sido sistemática e, às vezes, propositadamente relegados ao completo esquecimento pela maioria dos nossos críticos e estudiosos, um “esquecimento”, como sugerimos, que, diante da insistência com que parece se manifestar, chega a assemelhar-se mais a uma omissão: trata-se, em outros termos, da necessidade de se redimir, num determinado período da nossa história literária, a lembrança de inúmeros autores – e suas respectivas obras – que têm sido total ou parcialmente relegados ao ostracismo pela historiografia oficial, a fim de que nossa memória cultural seja, de certo modo e até onde for possível, preservada e poupada da ação do tempo.

Não se trata, por outro lado, de uma atitude salvacionista, mas antes da consciência de que, cedo ou tarde, autores agora completamente desprezados pelos estudiosos possam vir a ser descobertos por uma historiografia que, com certeza, não obedecerá aos mesmos padrões críticos atualmente em vigor, como são exemplos as historiografias escritas a partir de critérios que levem em conta as práticas de leitura ou fenômenos contextuais, relacionados à produção/difusão do texto literário. Assim aconteceu e tem acontecido com diversos escritores no mundo inteiro, os quais, embora tenham sido um dia “esquecidos” por uma parcela considerável das histórias de literatura, tiveram a oportunidade de ser recuperados por estudiosos cujos valores e critérios provavelmente diferiam daqueles que vigoravam na época em que foram sumariamente alijados da cultura social e historicamente valorizada.

Adotando critérios diversos dos que até então vigoram, o lugar ocupado pelos autores e obras academicistas sofreria, nesse sentido, alterações consideráveis: basta nos lembrarmos de que a passagem do século XIX para o XX é uma época de particular expansão dos suportes materiais e práticas que dão sustentação efetiva ao aparecimento e divulgação das obras produzidas no período: alargamento do processo de alfabetização, desenvolvimento da indústria de produção gráfica, aprimoramento do comércio do livro, proliferação das bibliotecas públicas, profissionalização do escritor por meio da imprensa, crescimento da publicidade editorial e uma série de outros fatores que implicariam uma mais ampla difusão da literatura academicista. Certamente, diante de tal realidade, alguns autores tão pouco lembrados hoje em dia por nossas histórias da literatura - como Afrânio Peixoto, Coelho Neto, Benjamim Costallat, Théó Filho, Humberto de Campos, Júlia Lopes de Almeida, João do Rio, Arthur Azevedo e outros - desempenharam um papel importante para o desenvolvimento da “tradição” literária nacional, merecendo maior destaque numa

*outra* história da literatura brasileira, que deveria se apoiar em novos paradigmas valorativos.

Evidentemente, não defendemos aqui o reconhecimento do processo excludente que inspirou o estabelecimento do cânone literário na passagem do século pelos academicistas, aliás o mesmo espírito que, mais tarde, daria sustentação ideológica ao iconoclastismo dos modernistas. Mas o fato é que o relativo ostracismo de que esses autores foram e têm sido vítimas parece ser, no final das contas, o diferencial que faz de nossas histórias de literatura uma larga fonte de preconceitos velados contra diversas tendências estéticas marginalizadas por críticos e historiadores, como é o caso – para citar apenas um exemplo – da prosa libertária da passagem do século, em função já se declarou que

há toda uma literatura não oficial no Brasil que precisa ser redescoberta e analisada. O valor interpretativo desta natureza é imenso, pois, além dos problemas literários e estilísticos que podem suscitar, resta investigar porque, de antemão, foram sistematicamente excluídas do *corpus* literário preparado pelas histórias da literatura e pela antologias, que oficializaram determinado saber em nossa pátria (LUCAS, 1987, p. 122).

Com igual propriedade, Gentil de Faria afirmou sobre a mesma questão:

a crítica brasileira tem sido impiedosa e às vezes injusta quando julga o período. Em geral, a 'belle époque' é vista como uma época de esterilidade, de puro servilismo cultural. É muito comum as histórias da literatura saltarem esse período. Após o estudo de Machado de Assis, pulam vinte anos e começam a falar da Semana de Arte Moderna, ou de seus antecedentes como se nada tivesse ocorrido nesse lapso de tempo (...) A 'belle époque' não pode representar um vácuo na literatura brasileira (FARIA, 1988, p. 217).

Mas isso só é possível, como já ressaltamos, a partir da adoção de novos paradigmas historiográficos, capazes de deslocar a velha ordem instituída, arejar o nosso processo de historicização da literatura e equacionar problemas diversos de natureza metodológica. Em outros termos, a partir de uma nova pragmática que considere o *fenômeno literário* como um “sistema social específico caracterizado por complexas relações comunicacionais e contextuais”, o que nos leva a uma definição da *literatura* como uma “rede de múltiplos processos interativos e instáveis (que) obriga a repensar a esfera do literário de modo mais complexo e a refletir sobre as próprias circunstâncias sócio-históricas dos fenômenos literários no circuito da produção e da recepção” e do *texto* como elementos “articulados com atores e suas condições socioculturais de ação” (OLINTO, 1996, pp. 19/20/113).

### *Referências*

BOSI, Alfredo. *O pré-modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1969.

BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro - antecedentes da Semana de*

Arte Moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil. 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos sobre teoria e história literária*. São Paulo: Nacional, 1985.

CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura comparada*. São Paulo: Ática, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FAORO, Raymundo. "A Questão Nacional: a Modernização". *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo, Vol. 06, No. 14: 07-22, Jan./abr. 1992.

FARIA, Gentil Luiz de. *A Presença de Oscar Wilde na "Belle Époque" brasileira*. São Paulo: Pannartz, 1988.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LIMA, Alceu Amoroso. *Introdução à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Agir, 1968.

LUCAS, Fábio. "A Lição Libertária de Vulcões". In: PRADO, Antônio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil: memórias, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 117-130.

MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da República das Letras (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira. 1870-1930)*. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1973.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: Simbolismo*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1984.

MOLLIER, Jean-Yves. "La Naissance de la Culture Médiatique à la Belle Époque. Mise en Place des Structures de Diffusion de Masse". *Études Littéraires: théories, analyses et débats*, Université Laval, Vol. 30, No. 01, 1997.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NITRINI, Sandra. *Literatura comparada: história, teoria e crítica*. São Paulo: Edusp, 1997.

OLINTO, Heidrun Krieger. *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PERRONE-MOISÉS, Leyla Flores *da Escrivanhinha (Ensaio)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

REIS, Roberto. "Cânon". In: JOBIM, José Luís (org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 65-92.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O Naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SÜSSEKIND, Flora. *As Revistas de Ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/FCRB, 1986.

\_\_\_\_\_. *Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.